

Dos danos às comunidades até os tribunais:

Riscos de litígio para o setor de energia renovável

O desenvolvimento das energias renováveis é fundamental para enfrentar a crise climática. No entanto, à medida que a transição energética avança, as empresas do setor precisam lidar com os possíveis impactos sobre o meio ambiente e os direitos humanos associados às suas operações, que afetam Povos Indígenas, comunidades locais e trabalhadores. Além do imperativo moral dessa postura, torna-se cada vez mais clara a justificativa empresarial para operações com foco em direitos. Uma [análise](#) recente do PNUD, abrangendo cinco anos e 235 empresas globais, demonstra que ignorar riscos para o meio ambiente e os direitos humanos não reduz custos nem aumenta a competitividade. Pelo contrário, há evidências contundentes de que o fortalecimento de práticas voltadas aos direitos humanos gera benefícios financeiros claros. Não tratar desses impactos tem resultado, cada vez mais, em judicialização, atraso em projetos, contestação de licenças e suspensão de atividades, gerando riscos jurídicos, operacionais, financeiros e reputacionais consideráveis para empresas de energias renováveis e investidores.

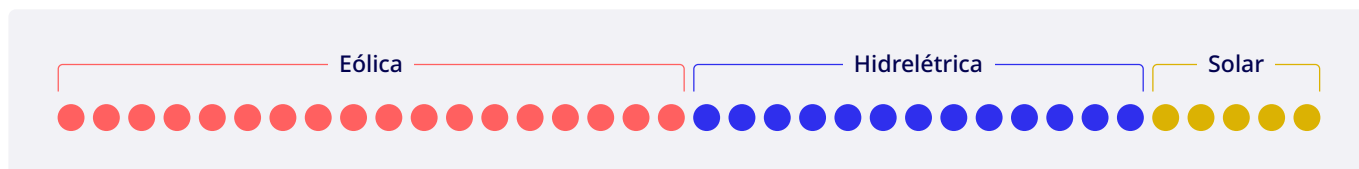
Apesar dos desafios políticos e financeiros, as empresas de energias renováveis continuam [avançando de forma constante](#) no aprimoramento de suas principais políticas e práticas de direitos humanos. Contudo, continuam a existir riscos nessa área, com comunidades recorrendo cada vez mais à Justiça para contestar práticas inadequadas. Estão em ascensão os litígios relacionados à transição justa, sendo esses, ações movidas por Povos Indígenas, comunidades afetadas e trabalhadores para contestar a [distribuição injusta de benefícios e ônus](#) associados à transição energética, com base em argumentos relacionados aos direitos humanos, inclusive processos que têm como alvo o setor de energias renováveis.

Para as empresas de energias renováveis e seus investidores, esses riscos podem ser mitigados por uma abordagem baseada em direitos, ancorada na [prosperidade compartilhada, em negociações justas e no dever de zelar pelos direitos humanos e ambientais](#) daqueles diretamente impactados pela transição energética.

Nossa [Ferramenta de Rastreamento de Litígios da Transição Justa](#) cobre atualmente 125 ações em nível global, incluindo 36 relacionadas a empresas que desenvolvem projetos de energias renováveis (solar, eólica e hidrelétrica) ou a Estados que autorizam esses empreendimentos.

Principais constatações com base nesses 36 processos

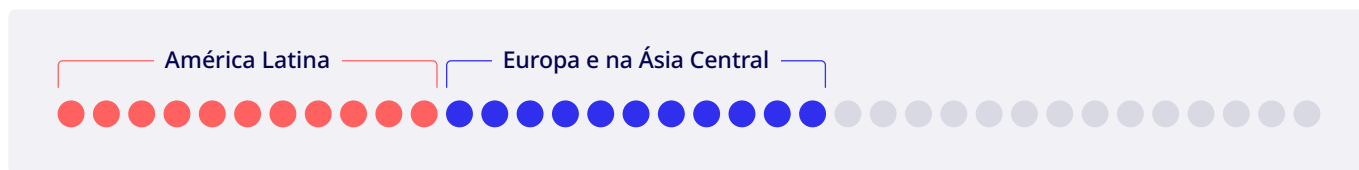
- Os **parques eólicos** são alvo da maioria dos casos (18), seguidos por projetos hidrelétricos (13) e empreendimentos solares (5).



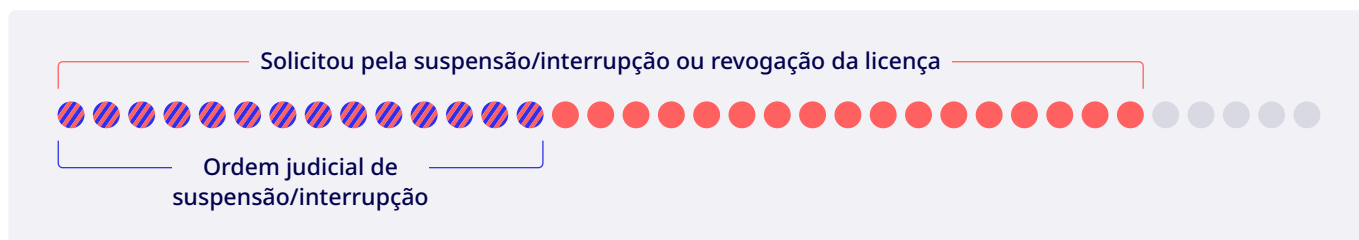
- Os titulares de direitos alegam violações ao seu **direito a um meio ambiente limpo, saudável e sustentável** (26 ações) e **danos a áreas importantes ou protegidas** (24). Em mais da metade dos casos rastreados em nível global (20), os **meios de subsistência** dessas pessoas também foram afetados pelos projetos, assim como os **direitos de povos indígenas** (17).



- O maior número de ações foi registrado na **América Latina** (11) e na **Europa e na Ásia Central** (11).



- Em mais de 85% (31) das ações relacionadas a empreendimentos de energia renovável, os titulares de direitos pediam a paralisação temporária ou permanente do projeto ou a revogação da licença. **Em quase metade (14) dessas ações, a Justiça ordenou a suspensão ou a interrupção do projeto.**



O que empresas e investidores do setor de energias renováveis devem fazer para mitigar riscos jurídicos

- Realizar devida diligência rigorosa em direitos humanos e meio ambiente ao longo de toda a cadeia de valor, com atenção especial ao acesso à reparação, estabelecendo mecanismos eficazes de reclamação em nível operacional para pessoas que sofram impactos negativos diretos dos projetos.
- Comprometer-se com o dever de diligência em direitos humanos e questões ambientais, independentemente da ausência ou insuficiência de legislações nacionais.
- Adotar e implementar uma política de compras responsáveis de minerais e dialogar com seus fornecedores para identificar e enfrentar riscos aos direitos humanos nas cadeias produtivas dos minerais de transição.
- Estabelecer, em boa fé, consultas com todos os titulares de direitos afetados antes, durante e após as operações, inclusive mediante o pleno respeito ao consentimento livre, prévio e informado aos povos indígenas, independentemente das exigências legais.
- Adotar e implementar um compromisso, em toda a empresa, de respeitar as pessoas defensoras dos direitos humanos, não tolerar nem contribuir para ataques, e trabalhar com elas para criar ambientes seguros e propícios à participação.
- Elaborar e implementar projetos com uma abordagem de compartilhamento de benefícios, inclusive por meio de novos modelos de cogestão, copropriedade e cooperação, que incluam e empoderem efetivamente povos indígenas, comunidades de linha de frente, trabalhadores e sindicatos. Um compromisso claro com a prosperidade compartilhada pode ajudar a estabelecer confiança, fortalecer o apoio da comunidade e reduzir o risco de conflitos sociais.



 Explore os dados e leia a análise completa de 2026

 Metodologia completa

 Padrão de referência sobre energia renovável e direitos humanos para 2025